

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CRISE CLIMÁTICA, TRABALHO E DESIGUALDADES

LEILA MARIBONDO BARBOZA¹

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma trajetória de pesquisa realizada no âmbito do estágio de pós-doutorado, iniciado em 2020 e concluído em 2022, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, e tendo sido continuado através do apoio e fomento da FAPERJ, através da bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica, em vigor. O objeto inicial da investigação se deu na inquietação em compreender as potências e desafios do movimento social de economia solidária da cidade de Niterói, RJ, no âmbito de sua institucionalização como parte da política pública municipal de economia solidária², instituída em 2020 no município.

Motivada em identificar as especificidades de gênero, cor/raça/etnia nos atravessamentos de classe das trabalhadoras usuárias da política e, ao mesmo tempo, militantes do movimento, a pesquisa caminhou na busca por observar as respostas do coletiva em face à crise ambiental, insegurança alimentar de famílias de baixa renda. Para tal, o estudo se baseou na pesquisa qualitativa e análise de dados secundários, assim como na análise das histórias de vida das mulheres, na observação participante e entrevistas semiabertas. No processo da pesquisa, foi identificado o protagonismo das mulheres na economia solidária, composta por trabalhadoras pretas, indicando a potência do feminismo na configuração de não apenas trazer à tona as demandas específicas deste grupo, mas, sobretudo, a perspectiva de mundo sobre o movimento do real.

Nessa medida, a pesquisa incorpora o método marxista para olhar o objeto científico, sob a perspectiva do materialismo histórico dialético para a compreensão da totalidade do fenômeno (NETTO, 2011). Inserida em uma dinâmica das sociabilidades, os campos de observação interagiram de maneiras específicas ao processo do fazer a pesquisa, de acordo com o próprio

¹ Universidade Federal Fluminense

² Lei 3473/2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tempo de cada espaço, convidando o estudo a desvelar o fenômeno por diferentes ângulos. Iniciamos com a análise de relatos orais e histórias de vida das mulheres que compõem as feiras de economia solidária, nos bairros do Ingá, de Icaraí e do Centro.

A escolha pelo método biográfico contribuiu por compreender o percurso das mulheres trabalhadoras e seus empreendimentos e de que maneira a militância se faz presente nesses processos, os quais indicam compor um caleidoscópio cultural de uma historicidade do capital que atravessa os modos de produção e de um ativismo de resistência na construção de novas formas de transformação social, baseadas em um trabalho emancipado, solidário, justo e que acolhe a realidade social das mulheres e o cuidado de seus dependentes. Nesse cenário, o estudo apontou interfaces entre a economia solidária e a economia do cuidado. Para tanto, o objetivo deste estudo presente é trazer para a reflexão determinados elementos identificados no percurso da pesquisa sobre a crise climática, os processos de trabalho das mulheres, costurando pontos entre casa, memória, fazeres e protagonismos.

2. A CRISE CLIMÁTICA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Para além de ser um problema recente, os desdobramentos decorrentes às mudanças do clima condicionam a vida no planeta e possuem múltiplas dimensões. A insegurança alimentar e hídrica, os sistemas alimentares, as desigualdades de gêneros e raça/cor e a divisão social, sexual e racial do trabalho são alguns dos fatores que se fazem necessários identificar para compreender de que maneira o capitalismo é tensionado nos diferentes relevos sociais, caracterizando suas especificidades.

Os impactos climáticos aprofundam as desigualdades de gêneros enraizadas, as quais se agravaram com a pandemia da COVID-19. Dados da ONU Mulheres sinalizam que econômicas desproporcionais, aumento dos cuidados não remunerados e do trabalho apontam que são as mulheres que compõem a maioria da força de trabalho na produção mundial de alimentos, ao passo que apenas a minoria tem acesso à terra, ou seja, aos meios de produção. Em situações de desastres ecológicos, são as mulheres as mais atingidas.

Em tempos de crise socioambiental, a problemática da fome deve ser enfrentada compreendendo a intersectorialidade das políticas públicas, capazes de coadunar os sistemas alimentares e a redução dos impactos sobre as mudanças climáticas. A construção de uma economia sustentável, pautada no cuidado com a saúde pública: uma economia popular solidária, justa e equânime. Para isso, torna-se imprescindível considerar as variáveis de raça/cor e gênero



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na leitura do quadro das desigualdades no acesso aos serviços de saúde, de educação, dentre outros. Essa escassez agudiza quando consideramos famílias chefiadas por mulheres periféricas: “mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA [insegurança alimentar]. Destes, 18,8% em situação de fome” (II VIGISAN).

Em conjunto, a economia capitalista que substancia a inflação dos preços dos alimentos, combinada com o desmonte de políticas públicas, rentabiliza com o crescimento da pobreza cavando ainda mais os lugares sociais da desigualdade. Endereçada, a fome afeta, sobretudo, os trabalhadores (ou ainda, as trabalhadoras) pretas, moradoras de periferia, expressando a formação social brasileira e as profundas marcas da economia escravista. Estudos apontam que população negra é a mais prejudicada quando o assunto é segurança alimentar e hídrica.

Torna-se relevante, portanto, considerar os fatores humanos na construção de políticas climáticas, atentando para a participação da sociedade civil, sobretudo de mulheres. Faz-se relevante visibilizar o protagonismo das mulheres na economia do cuidado, tendo em vista fortalecer a economia solidária, a agroecologia e os demais caminhos para um desenvolvimento resiliente ao ambiente. Desse modo, ao tornar visível este protagonismo feminino, haja vista o cenário de desigualdade que transcreve o patriarcado que não remunera a mão de obra de mulheres, este [o protagonismo] de se estender à sua participação nas ações climáticas: somos agentes importantes nesse processo de mudança, tanto no apontamento de estratégias de desenvolvimento sustentável quanto na implementação e monitoramento dessas políticas. Alcançar a igualdade de gênero e empoderamento de mulheres é tema prioritário no cenário de crise climática e alcance para o desenvolvimento sustentável.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DO TRABALHO

A pesquisa indicou que as atividades apreendidas por elas no processo de socialização pertencentes ao espaço da casa, como costurar, cozinhar e bordar, evidenciam-se como potentes trabalhos na economia solidária. Além disso, o protagonismo das mulheres no movimento social convidou a pesquisa a refletir sobre a potencialização desses labores, que é visto como típico do feminino, como atividade de renda, adquirindo valor e visibilidade de suas experiências e o saber-fazer. A partir daí, o estudo compreendeu uma conexão entre público e privado, a partir das relações de trabalho na economia solidária, empoderando as mulheres trabalhadoras a gerirem o movimento social e ocupando espaços de liderança.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em conjunto, foram realizadas visitas sistemáticas no equipamento social Casa Paul Singer³, acompanhamento nas plenárias do Fórum de Economia Solidária de Niterói (FES-Nit), acompanhamento do curso de formação e acolhimento⁴ das novas usuárias na economia solidária da cidade, além de realização de reuniões com gestores das políticas de Assistência Social e dos Conselhos de Saúde e Assistência Social.

A pesquisa pode ser dividida, até o momento, em três grandes blocos. Durante os anos de 2020 e 2024, desenvolvemos ações e parcerias na busca por articular e fortalecer os vínculos com o campo. O primeiro bloco foi um momento desafiador para a pesquisa, devido ao contexto de pandemia de Covid-19 que afetou diretamente a vida global, e especificamente o nível do cotidiano dos informantes, e da própria universidade. Além do desafio sanitário, o país se encontrava sob uma presidência neoconservadora que semeava um contexto político de ameaça aos direitos sociais conquistados. Nessa quadro, a universidade sofria seus impactos e evidenciava seu clamor por uma resistência necessária pela defesa da cidadania na construção de uma sociedade justa, equânime e democrática. Neste momento da pesquisa, acompanhamos as redes sociais do Fórum de Economia Solidária, as notícias acerca da Moeda Social Araribóia e outras medidas de proteção social realizadas pela Prefeitura Municipal de Niterói, diante da emergência sanitária.

A segunda fase se realiza a partir da flexibilização das medidas de isolamento social, em 2021, possibilitando os trabalhos de campo no Circuito Araribóia, especificamente, na feira de economia solidária do bairro de Icaraí (Niterói, RJ). Neste momento realizamos os primeiros contatos presenciais com as mulheres que compõem o espaço, sendo possível iniciar o processo de identificação e mapeamento da dinâmica da vida na feira, assim como os atravessamentos sociais e históricos que compõem, o cotidiano dos trabalhadores.

A medida que as visitas à campo se realizavam, foi observado que o conceito de trabalho da economia solidária envolve a formação de uma cultura contrahegemônica, democrática e de resistência. Foi identificado, durante as visitas à campo, que essas concepções se realizam tanto a partir do discurso dos gestores do movimento social, quanto das trabalhadoras, nos espaços de mercado da feira, na medida em que muitas relataram

³ A Casa Paul Singer é um equipamento social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), fruto da Política Municipal de Economia Solidária (Lei 3473/2020). É válido destacar que, no município de Niterói (RJ), a economia solidária torna-se política pública municipal e conjuga o trabalho da Casa Paul Singer, com a Loja EcoSol, a Moeda Social Araribóia, e o Circuito Araribóia (este último, que compõe as feiras da cidade). O Fórum de Economia Solidária (FES-Nit) atua em diálogo com a política municipal, em um trabalho contínuo de luta, resistência e negociação.

⁴ O curso de formação e acolhimento trata-se de dois encontros realizados com os novos usuários da política municipal, promovido na Casa Paul Singer e ministrado pelo FES-Nit, com o objetivo de iniciar os recém-chegados aos conceitos e à ética da economia solidária.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que a motivação em expor seus produtos ali se dá pela busca por autonomia e emancipação, além de coadunar com outros trabalhos informais, como o cuidado com seus dependentes. Foi observado que a maioria das mulheres que compõem a economia solidária de Niterói (Rj) são negras⁵

O terceiro bloco da investigação se refere ao momento atual da pesquisa, no qual abarcamos visitas sistemáticas à Casa Paul Singer, participação do Grupo de Trabalho de Formação e Acolhimento, e acompanhamento do Conselho de Assistência Social, compondo a observação participante, com análise de relatos orais e entrevistas semiabertas. A questão que se coloca para a observação é de que maneira o controle social se estrutura na política social e contribui com a intersectorialidade no combate à feminização da pobreza.

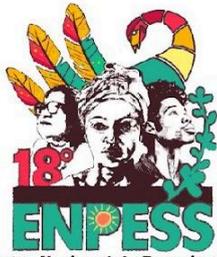
Observar a trajetória de vida das mulheres que compõem a economia solidária do município de Niterói (Rj) é compreender, antes de tudo, que a gênese das desigualdades e pauperismos no Brasil é fruto das relações capitalistas e opressão da classes trabalhadora, nas quais tem uma herança profunda do sistema econômico colonial escravista (DURANS, 2014). As relações étnico-raciais se estruturam como a base da formação social brasileira, que tiveram o trabalho escravo, a monocultura e o latifúndio os pilares de sustentação da lógica de produção de riquezas do país. Na década de 70, período ditatorial marcado pela modernização tecnológica, houve uma expansão da proletarianização, acarretando em uma urbanização desordenada e uma expansão capitalista na zona rural. Apesar da acelerada produção de riquezas da época, o Brasil torna-se uma das economias mais desiguais do globo, revelando que sua desigualdade social e econômica é imensamente racializada (DURANS, 2014). E essa desigualdade se revela ainda mais problemática quando considera-se a variável de gênero.

De acordo com os dados do IBGE, divulgados em março de 2024, as mulheres se dedicaram aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas por 21,3 horas semanais⁶, enquanto os homens despendiam 11,7 horas. A desigualdade de trabalho despendido ainda acontece quando a realidade das mulheres negras é comparada com a das mulheres brancas, com a diferença de 1,6 horas por semana. Ainda no mesmo documento, aproximadamente 32,3% das mulheres do país se encontravam abaixo da linha da pobreza⁷, sendo 41,3% composta por

⁵ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial ([LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm)), pessoas negras são aquelas que se autodeclararam pardas e pretas, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo IBGE, e que carreguem características fenotípicas capazes de lhes caracterizar como de cor preta ou parda. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acessado em julho de 2024.

⁶ Média de horas. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acessado em julho de 2024.

⁷ Isto significa que essas mulheres tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia, segundo critério do Banco Mundial.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres negras e 21,3\$ por mulheres brancas. Esses números indicam que essas desigualdades afetam as vidas dessas mulheres em múltiplos atravessamentos. Por serem mais afetadas pela questão social, enquanto as mulheres negras dedicam mais tempo ao trabalho do cuidado, menos acesso à educação possuem. E assim, tem menor renda e ocupam cargos de menor representatividade no mercado de trabalho. Por conseguinte, as mulheres negras estão entre a maior parte das vítimas de feminicídio, e maior percentual de pessoas em situação de pobreza.

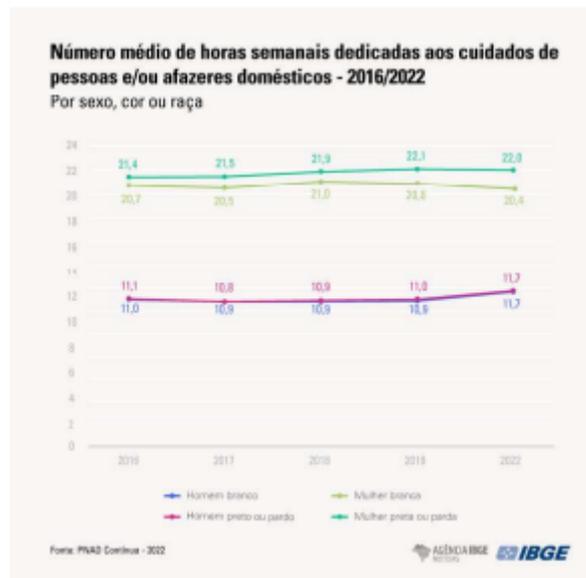


Figura 1: Gráfico Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos. IBGE, 2022.

Dentre o quadro comparativo de participação no mercado de trabalho, as mulheres negras são as que estão inseridas em menor número, ao passo que são as que mais se dedicam ao cuidado com outras pessoas e afazeres domésticos, e assim, sofrem com maior precarização do trabalho e possuem a pior remuneração. Dados apontam que há uma relação direta entre os trabalhos exercidos nos âmbitos privado e público, nos quais é possível perceber uma mobilidade entre os fazeres apreendidos, refletidos no próprio processo de socialização das mulheres. As escolhas por profissões que abarcam o cuidado são construções sociais, que condicionam o fazer feminino ao mercado de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

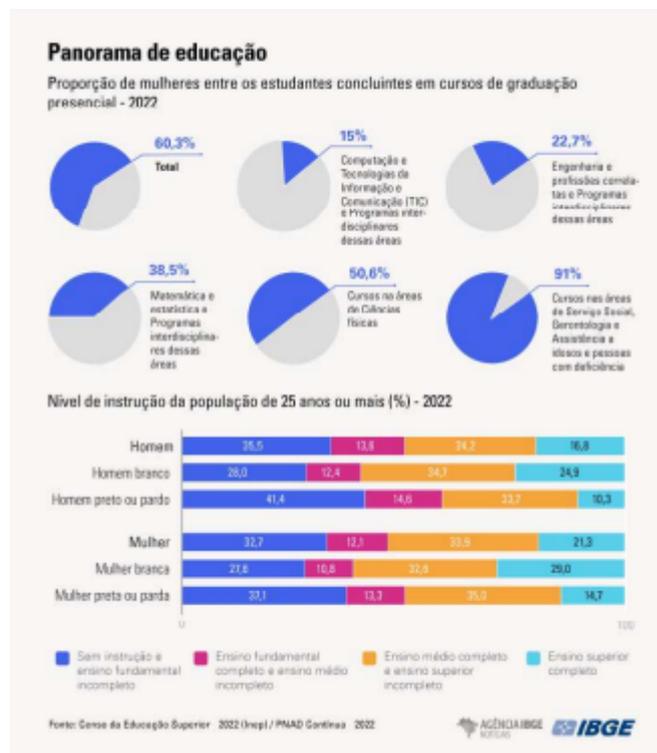


Figura 2: Panorama da educação. IBGE, 2022.

No entanto, apesar dos números mostrarem que, em média, há uma maior escolaridade das mulheres, o rendimento é inferior a dos homens. O Censo Da Educação Superior (INEP, 2022) indica que, em 2022, o rendimento das mulheres foi de 78,9% do que foi recebido pelos homens. A desigualdade de rendimentos também esteve presente entre pessoas que ocupavam cargos de gerência, e a depender da área pode ser mais ou menos grave. Em profissões ligadas à área do transporte, os dados apontam que as mulheres receberam 51% do que os homens receberam. E, em profissões que possuem ainda maior concentração do trabalho feminino, como a saúde, os rendimentos das mulheres eram de, aproximadamente 61% do rendimento dos homens.

Esse panorama da realidade da mulher negra serve para compreender como as imbricações entre patriarcado, racismo e luta de classes na conformação social brasileira. Saffioti (1987) destaca que, ao perar juntos, o patriarcado, o racismo e o capitalismo são consequência de uma divisão sexual e racial/étnica do trabalho. Por serem fenômenos históricos, possuem vínculo direto com as condições materiais de produção e reprodução de classe. Ao se tratar de um sistema histórico de dominação, o patriarcado é uma estrutura de poder que tem como base a relação hierárquica entre homens e mulheres. A repartição desigual do trabalho também é uma repartição desigual dos instrumentos, dos produtos e do tempo de descanso, configurando um

mecanismo de exploração da força de trabalho, que aquece o modo de produção capitalista e intensifica a extração de mais-valia (SAFFIOTI, 2013).

Nesse sentido, ao embasar-se na exploração da força de trabalho e impedimento da classe trabalhadora do usufruto da riqueza coletivamente produzida, o modo de produção capitalista teve a divisão sexual do trabalho uma forte aliada para a manutenção da luta de classes, funcionando, inclusive como um elemento tensionador dos salários. Durante a pesquisa de campo, a economia solidária foi relatada pelas mulheres trabalhadoras das feiras e usuárias da política municipal ser um caminho possível na busca pela autonomia do trabalho, capaz de acolher com maior flexibilidade a realidade de cuidado com seus dependentes, além de lhes trazer “maior satisfação em fazer algo que realmente se goste de executar” - “quando faço minha costura”, contou uma artesã em sua barraca em uma das visitas à feira da Praça das Águas, localizada no centro de Niterói (RJ), “me sinto próximo à minha avó, que me ensinou, e mesmo não sendo muito o que ganho aqui, é melhor do que ficar em casa sozinha, só cuidando da casa, aqui eu vejo minhas amigas, a rua, as

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras de economia solidária compõem a política municipal de economia solidária, conjuntamente com a Moeda Social Araribóia e a Casa Paul Singer. Em paralelo, no interior da política pública, encontra-se em constante negociação de interesses e tensionador de forças, o Fórum de Economia Solidária de Niterói (FES-Nit), que se denomina como uma “representação municipal do movimento de Economia Solidária), e afirma que tem como objetivo “manter vivos e fortalecidos os princípios” do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (ecosol.org.br⁸). A pesquisa identificou que os processos de trabalho das mulheres da economia solidária possuem múltiplos atravessamentos, desde os desafios da lógica capitalista que se faz presente até o caráter emancipatório de um fazer justo e de resistência. Em face à crise social, injustiça alimentar e mudanças climáticas, a economia capitalista não se apresenta como capaz de abarcar soluções eficazes, uma vez que faz-se necessária a construção de novas formas de sociedade, apontando as economias populares um caminho possível.

A exigência de uma alteração profunda e reordenação dos modos de produção e consumo expressam coordenadas para uma política econômica democrática e alinhada com as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e classe, desvelando a potência do ecossocialismo

⁸ Acessado em agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como alternativa de um desenvolvimento local e verdadeiramente sustentável para todos os povos. A redistribuição de riquezas produzidas se apresenta como forte instrumento de mudança estrutural, associada à uma cadeia produtiva de economia capaz de gerenciar os recursos públicos que visem a soberania popular. Para isso, o estudo aponta que o protagonismo das mulheres nos processos participativos carrega grande potência de transformação, não tão somente por tornar visíveis as demandas e suas especificidades, mas, também, por tornar visível o mundo a partir dessa perspectiva.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMIDES, M. B. C. Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 19-33, jan./jun. 2021. ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 84-105
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*. 24 (68), 2010.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. p. 23-40.
- ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Org.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois [recurso digital]*. 1.ed. Bauru: Canal 6, 2020, p. 181-188. http://editorap Praxis.com.br/quarentena/ebook_quarentena_1ed_2020.pdf. Acesso em: abril/2022.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. BARBALHO, Alexandre. *Conselhos de cultura: desafios*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult). BARBOZA, L. M. *Formas de sociabilidade e constituição de identidade de artistas plásticos na Feira de Artesanatos de Campo de São Bento*. Niteroi, RJ. 12/2013. Mestrado em Sociologia, Instituição de Ensino: UFF, RJ. Biblioteca depositária Biblioteca Central do Gragoatá (BCG).
- BELING, Jussara Janning Xavier. *Políticas culturais*. Ponto de Vista, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BERREMAN, Gerald D. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*. In *desvendando mascaras Sociais*. ZALUAR, ALBA (ORG.) livraria Francisco Alves Ed., Rio de Janeiro, 1975, pp. 123-174.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

janeiro/2022.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 14, núm. 3, junho, 2009, pp. 851-860 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil

BRAVO, M. I. & PELAEZ, E. J. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. *Revista Ser Social*, Brasília (DF), v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020. BRAVO, M. I. S. Prefácio. In: SILVA, L. B.; RAMOS, A. (Org.). *Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional*. Campinas: Papel Social, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, Nestor. *Definiciones em transición*. In: MATO, D. (org.). *Cultura, política y sociedad*. Buenos Aires: *Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales)* 2005.

CARVALHO, I. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. (Série Estudos rurais). FEAM, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

CHAUÍ, Marilena et al. *Política cultural*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).

CUNHA, M. C. & ALMEIDA, M. *Populações tradicionais e conservação ambiental*. In: Capobianco, João Paulo Ribeiro et al. (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004.

DAGNINO, E. (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

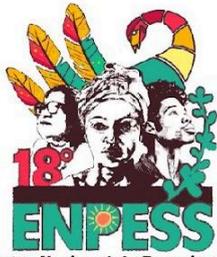
DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Marketing Ambiental*. 4reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett; YORK, Richard (2010). *The Ecological Rift*. New York: Monthly Review Press

FREINKEL, Susan (2011). *Plastics: A Toxic Love Story*. Boston: Houghton Mifflin.

GOULART, F. A. A. *Experiências em saúde da família: cada caso é um caso?*. ENSP/FIOCRUZ. Tese De Doutorado, 2002.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO & CARVALHO. Serviço Social e Relações Sociais no Brasil. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JUNIOR, A.G.S, LATEGE, P.K, OLIVEIRA, R.A.T. VASCONCELLOS, M.C - A experiência de Niterói no enfrentamento da COVID 19: notas preliminares sobre a articulação de políticas sociais e de saúde. APS em Revista Vol. 2, n. 2, p. 128-136 | Junho 2020.

LÖWY, Michael. Ecologia e socialismo São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, G. Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 200

MENEZES, Maria Thereza. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHEIRO, et all, O Conselho Municipal de Saúde de Niterói em defesa do SUS e frente as ameaças conservadoras. Anais das Jornadas Internacionais de Políticas Públicas (JOINPP). São Luis: 2021. Acesso comunicação: meet.google.com/riq-ryai-qla

PINHEIRO, L. F. Programa médico de família de Niterói: instancias de participação. In: (Org.Mónica Vargas Aguirre, Celia Basconzuelo, María Virginia Quiroga y José David Buelvas). Territorio yPracticas Socio culturales en Debate. Aportes desde América Latina. Buenos Aires: Colección e-200 Internacional del Conocimiento, 2018. (pp. 112-132).

POLIGNANO, M. V. Historia Da Saúde Publica no Brasil: uma pequena revisão. Historia Das Políticas de Saude No Brasil, Minas Gerais, n. , p.01-25, 31 out. 2006. Disponível em:. Acesso em: outubro/2021

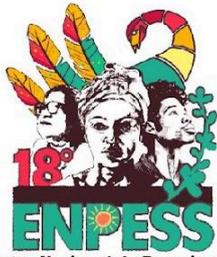
PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. Cadernos Ebape FGV, 2005.

SANTILI, Juliana. Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores. São Paulo, Petrópolis, 2009

SANTOS, Milena da Silva. seguridade social no Brasil. In: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1724/332. Acesso em: janeiro/2022

SCOTT, W. Education and sustainable development: challenges, responsibilities, and frames of mind. The Trumpeter, v. 18, n. 1, p. 22-34, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva; YAZBEK, Maria Carmelita e DI GIOVANNI, Geraldo. A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SPOSATI, Aldaíza. Concepção e Gestão da proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: . Acesso em: novembro/2021

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: Refilantropização da questão social. In: Cadernos da ABONG, n. 11. São Paulo, out. de 1995

NITERÓI- PMN- Ações de enfrentamento da Pandemia de Covid 19. Niterói: Prefeitura Municipal de Niterói, 2020. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/126>